

O CORPO NO ESPELHO DAS NARRATIVAS PARA CRIANÇAS: ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES DOS ELEMENTOS QUE MARCAM AS DIFERENÇAS NA CORPOREIDADE

Lenise Oliveira Lopes

Universidade Católica do Salvador – UCSal

Estágio Pós-doutoral no Programa de pós-graduação em família na sociedade contemporânea

lenisesampaio@gmail.com

Resumo

Esse trabalho tem como foco a análise de narrativas e imagens destas narrativas, as quais apresentam corpos de crianças. Particular atenção é dada às marcas corporais que estão nas palavras em uma estreita conexão entre *sema* (linguagem) e *soma* (corpo). Estas narrativas, trazem em si elementos que podem (ou não) marcar, modelar, alienar ou libertar os corpos infantis, promovendo a estes o exercício com plenitude de suas capacidades físicas, mentais e intelectuais, conforme determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96 (LDB). Destaco a materialidade e a subjetividade do “corpo”. Escolhi a pesquisa qualiquantitativa, porém de predominância qualitativa, adoto a metodologia documental como procedimento científico, analiso o conteúdo dos dados colhidos do acervo do “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras/2012”. Defini como objetivo geral: analisar as dimensões corporais identitárias apresentadas nas narrativas escritas para crianças com base nas teorias sociológicas, filosóficas e antropológicas e, como objetivos específicos: (1) revelar os achados através de categorias de análise, tais como: raça, etnia, sexo e gênero; e (2) identificar os bens culturais e simbólicos transmitidos através do conteúdo das narrativas. Posso antecipar que os achados demonstram que há uma significativa abertura para as etnias e raças no sentido global com a inclusão das narrativas estrangeiras. Estas também apresentam fluidez nos corpos que fogem dos padrões adotados como bom comportamento, mas mantêm heteronormatividade. Contudo as narrativas brasileiras não contemplam a diversidade e o multiculturalismo nacional.

Palavras-chave: Corpo, Narrativas escritas para crianças, Identidades, Educação Infantil.

E se as histórias para crianças passassem a ser de leitura obrigatória para os adultos? Seriam eles capazes de aprender realmente o que há tanto tempo tem andando a ensinar?

José Saramago

A literatura infanto-juvenil é fenômeno recente e remonta suas origens no país há apenas um século, aproximadamente. A literatura infantil, ou seja, essa produção artística cultural destinada à criança – o livro infantil - aqui chamada de “narrativas para crianças”, ocupa seu espaço no mundo ocidental no século XVIII com a Revolução Industrial. Com a ascensão da burguesia, principalmente na França e na Inglaterra a família e a criança assumem um lugar de valor e a criança passa a ser vista com as suas necessidades próprias, específicas. A escola assume um direcionamento maior para atender a essas necessidades da criança e, também, se idealiza que essas instituições ofereçam o de melhor e mais específico para crianças.

Na nossa realidade brasileira a literatura infantil (ou Infanto-juvenil) surge no final do século XIX e começo do século XX. O livro chega ao Brasil através da imprensa régia, com o advento da Proclamação da República e a Abolição da Escravatura (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984). Desde sempre, mesmo sendo de cunho nacional, a literatura para crianças primava pelo compromisso em ensinar os bons modos, bons costumes, higiene, o cuidado com a saúde e todos os temas que envolvessem o corpo. Interessante destacar que essa literatura de cunho educativo teve como foco principal sempre o corpo, pois era nele onde se concentravam as atenções para aquisição e reprodução da cultura, dos valores burgueses. Isso a caracterizou como uma literatura de caráter utilitário e didático.

O livro como instrumento criado pela classe burguesa deveria priorizar os valores burgueses e estar a serviço desta classe para reprodução da sua cultura e crenças. Sem dúvida era no corpo onde o olhar recaía mais, pois este representava o indivíduo, o cidadão com toda a sua carga de representações¹, especialmente de classe social. Como negar a classe social de um adolescente que não sabe sentar-se, usar os talheres à mesa, ou mesmo sorrir na medida certa? A burguesia definia nos livros Infanto-juvenis o que era certo, o que deveria ser ensinado, com a preocupação de difundir as suas ideias e criar um contingente de pessoas universalmente/internacionalmente com as mesmas tendências. De fato, assim acontece deixando-se de considerar qualquer outra forma de ser e estar no mundo. O importante era manter-se a supremacia e status de pertencer a uma classe social – a elite econômica ou se fingir que pertence a essa classe usando os seus mesmos modos e costumes.

Tenho clareza de que a literatura é uma presença imprescindível na formação do seres humanos e, portanto, luto para que todas as crianças tenham acesso a uma produção literária de qualidade, assim, também, luto para que se abram as portas do conhecimento dos mediadores /professores, aqueles que farão com que ocorra o acesso da criança às narrativas. Com a preocupação em fazer com que o maior número de educadores conheçam a produção de narrativas para crianças que hoje dispomos, procurei nessa pesquisa aprofundar através das análises de conteúdo, o que eu poderia desvendar e clarificar para os educadores as implicações das suas escolhas. Para tanto, busquei através de um universo composto de personagens que representados

¹ Serge MOSCOVICI preocupa-se em definir representações sociais na sua obra: **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Para Moscovici (2003) as representações sociais não são as mesmas para todos os membros da sociedade, porque dependem do senso comum e do contexto sociocultural no qual os indivíduos estão inseridos. A representação é uma espécie de conhecimento construído socialmente, e partilhada, que tem como visão a elaboração de uma abordagem comum a um conjunto social.

pelos corpos humanos, essencialmente crianças e que apresentam uma característica em comum: são elementos das narrativas escritas e/ ou ilustrações/linguagem pictórica. Portanto, explicando o meu *corpus* de análise foi composto do acervo de 200 narrativas escritas para crianças do PNBE/2012.

Analisei um universo de 200 narrativas e pude fazer um recorte que me pareceu necessário para formatar o *corpus* de análise mais conciso para essa pesquisa e tomei por base as orientações da técnica de Análise de Conteúdo, recomendadas por Minayo (1994). Dessa maneira, tive como uma das etapas a escolha das Unidades de Registro e das Unidades de Contexto.

Cabe esclarecer o que vem a ser Unidade de Registro. Esta “se refere aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem” (MINAYO, 1994). Esta Unidade pode ser representada por uma palavra, uma frase, um título de uma obra, uma imagem ou mesmo apenas um personagem. Além das Unidades de Registro, devo definir as Unidades de Contexto. Este Contexto é formado pelas referências mais amplas, onde acontecem as narrativas - as circunstâncias da estória, focalizando o onde, o quando e como acontecem os fatos, os modos, a etnia, os costumes. No caso específico desta investigação as Unidades de Contexto foram definidas como “modos e modas” que segundo Gilberto Freyre (2009):

Estudá-las permite dar conta de mudanças sociais, da transformação de códigos culturais, da rapidez e, por vezes, violências das trocas comerciais. Mas ela, também, inaugura uma história das sensibilidades. A busca do belo, do gosto, do gênero e do prazer evoluíram, ao longo da história, assim como a imagem do corpo, ora constrangido, ora liberto, se modificou [...] Moda: fronteira íntima entre o indivíduo e o mundo. Escudo que preserva contra as agressões, mas também, sedução, sonho e convite a violar limites. No corpo a corpo com a intimidade, a moda e os modos alimentam as ciências que estudam o cotidiano.. Que se debruçam, como (...) sobre “as vivências e convivências humanas”, podendo de imagens, tornar-se modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar e , assim, subjetivas, influírem sobre as demais modas, sobre maneiras pessoais e gerais de indivíduos e grupos seguir e modas concretas (PRIORI in FREYRE, 2009, p.11-12).

Já no que diz respeito às Unidades de registro que foram trabalhadas, são múltiplas e nasceram a partir do meu diálogo com as narrativas e, conseqüentemente, em alguns casos, com o autor ou autora da obra.

É necessário deixar claro os critérios com os quais pude selecionar do *corpus* de 200 livros, a fim de poder analisá-los com maior afinco. Foi feito um mapeamento inicial das narrativas para construção do *corpus* através de duas categorias:

Unidade de registro - refere-se aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto das obras. Pode ser representada por uma palavra, uma frase, um título de uma obra, uma imagem ou mesmo um personagem.

Unidade de contexto – é formada pelas referências mais amplas, onde acontecem as narrativas (onde, quando, fatos, modos, etnia, costumes, e modas).

A seguir apresento estes critérios por mim determinados com base nos objetivos dessa investigação.

Quadro 1: Critérios para escolha do conjunto de narrativas a serem analisadas

1	200 narrativas que compõem o Programa Nacional do Livro na Escola (PNBE/MEC/2012).
2	Narrativas dirigidas a crianças de Creches, Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental (0 a 10 anos).
3	Narrativas que apresentem crianças como personagens principais na capa ou no enredo.
4	Edições de editoras apresentadas no acervo do PNBE/2012, exceto em casos em que, mesmo sendo publicadas em editora diferente da lista do PNBE, as histórias apresentam a mesma programação gráfica.
5	Narrativas editadas e/ou reeditadas na atualidade (normalmente se faz uma releitura ou atualização de contos de fadas, por exemplo). Isso considerando que a história da literatura brasileira está dividida em períodos que vai até a modernidade e as chamadas tendências contemporâneas (ALFREDO BOSI, s.d.).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Cabe esclarecer que o critério - narrativas que apresentem criança ou crianças como personagem ou personagens principais na capa e/ou no enredo foi decisiva para determinar a escolha de 26 narrativas, as quais serão analisadas na seção quatro.

Também busquei apoio nas definições do próprio Ministério da Educação, que em documento dirigido a esclarecimentos sobre as mudanças relativas à inserção do sexto ano de estudo, explica que a Educação Infantil fica dividida em creche (de 0 a 3 anos) e pré-escola (de 4 a 5 anos) e Ensino Fundamental dividido em anos iniciais, os quais incluem de 06 a 10 anos e anos finais, que vão de 11 a 14 anos.

Para não deixar dúvida recorri ria declaração do Ministério da Educação² que define as faixas etárias para o ingresso da criança no Ensino Infantil e Fundamental. Segundo as orientações do Conselho Nacional de Educação a idade ideal para que a criança ingresse no Ensino Fundamental é a partir da faixa etária dos seis anos já completos ou a completar quando começar o ano letivo.

Quadro 2: Divisão das séries por faixa etária

EDUCAÇÃO INFANTIL (Até cinco anos de idade)	
Creche (Até três anos de idade)	Pré-Escola (4 e 5 anos de idade)
ENSINO FUNDAMENTAL (Até 14 anos de idade - total de nove anos)	
Anos iniciais (De 6 a 10 anos de idade – 5 anos de duração)	Anos finais (De 11 a 14 anos de idade – 4 anos de duração)

Fonte: Portal MEC.

Ressalto que tive como objetivo geral: analisar as dimensões corporais identitárias apresentadas nas narrativas escritas para crianças com base nas teorias sociológicas, filosóficas e antropológicas e, como objetivos específicos:

(1) revelar os achados através de categorias de análise, tais como: raça, etnia, sexo e gênero; e (2) identificar os bens culturais e simbólicos transmitidos através do conteúdo das narrativas.

Espero que a apresentação desses achados possa fazer com que alguns educadores compreendam que existem inúmeras narrativas escritas para crianças e todas carregam em si inúmeras intenções, as quais precisam ser percebidas e entendidas. Os educadores precisam ler e conhecer as produções literárias que existem hoje nas escolas e que são oferecidas as nossas crianças. É desse modo que eles/elas poderão fazer as escolhas do que as crianças vão ler, mas escolher com conhecimento e consciência crítica.

² A mudança da idade de 6 para 5 anos foi realizada em decorrência da Lei Federal n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que prevê a alteração da redação dos artigos n. 29, 30, 32, e 87 da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos(seis) anos de idade. (PLACCO e ALMEIDA (org.), 2012, p.23).

Concluo explicando o pressuposto inicial da pesquisa afirmando que as narrativas em sua maioria não apresentam conteúdos flexíveis em relação a uso social do corpo, porque quase todas são heteronormativa. Portanto, não apresentam significados e identidades em consonância com o multiculturalismo. Mas, trazem algumas rupturas com as normas dos bons modos, corpos rígidos e submissos.

Posso identificar que por um lado as narrativas trazem uma força libertadora, mas ainda não rompem com certas fronteiras dos modos e dos costumes tradicionais a exemplo da família nuclear, a quase ausência do negro, do indígena, do pobre, do deficiente (físico, mental e intelectual), o albino, do gordo, do magro, do homossexual, da lésbica, do transgênero. A ocultação desses sujeitos nas narrativas, reforça o desconhecimento da realidade e estimula o lado mais perverso da escola – lugar de humilhação, de exposição pública, de envergonhamento, e do não empoderamento.

REFERÊNCIAS

- FREYRE, G. **Modos de homem & modas de mulheres**. 2. ed. Revisada. São Paulo: Global, 2009.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: histórias & histórias**. São Paulo: Ática, 1984.
- MINAYO, M. C. de S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PDE. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**, 2010. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/program_42.php>. Acesso em: 11 maio 2012.
- PALLARES-BURKE, M.L.G. **Tempo social: entrevista com Zigmunt Bauman**. *SciELO*, São Paulo, v. 16, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015>. Acesso em: 07 jan. 2014.
- PORTAL MEC. **Ensino fundamental de nove anos: perguntas mais frequente e respostas da secretaria de educação básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.